

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.

CURSO DE HISTÓRIA.

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º ~~13101/97~~

Data 13/01/97

Esta monografia foi orientada pela professora: Carmem Lúcia Figueira Balbino do Curso de História da UFU, visando cumprir os créditos necessários à Disciplina Monografia II-Seminário de Pesquisa.

Orientanda: Mirtes Aparecida Ferreira de Jesus..

Uberlândia - Junho de 1996.

1197

Prod. Científica

S. 15.

Leah

~~1197~~

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.

CURSO DE HISTÓRIA.

**SUFRÁGIO DAS CIDADÃS E SUA ABORDAGEM
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 1º GRAU.**

*Mono grafia de final dos cursos de História,
defendida pelo aluno Mirtes Aparecida Ferreira
de Jesus, com a participação na Banca dos
professoras, Drs. Izaci Jalvâni Salles e Dra. Maurilene
de Menezes Rodrigues, em junho de 1996.*

Profs. Carmen Inês F. Saltoni

Mirtes Aparecida Ferreira de Jesus.

Uberlândia - Junho de 1996.

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que prestaram informações, sugerindo, criticando e que direta e indiretamente contribuíram para a efetivação deste trabalho.

Ao Geraldo, Viviane, Tatiane, Stela Maris que acompanharam minhas incertezas, esperanças e me deram apoio nas horas difíceis, as amigas Aparecida(Cida), Denúcia e Virgínia.

A orientação da professora Carmém Lúcia Balbino que com paciência, coordenou minhas idéias.

Às professoras Iraci Galvão Sales e Marilúcia de Menezes Rodrigues pela participação na banca.

Um agradecimento especial a Dulcina Tereza B. Borges por uma nova visão de mundo.

Sumário

Introdução.....	1 a 2
CapítuloI - Histórico do Livro Didático.....	3 a 10
CapítuloII - Voto Feminino: o primeiro direito a cidadania	11 a 17
CapítuloIII - Livros Didáticos: a discriminação sexista.....	18 a 28
Considerações Finais.....	29 a 31
Bibliografia.....	32 a 33

INTRODUÇÃO

Nos anos 70, feministas e pesquisadores tiveram a atenção despertada para o sexismo nos materiais didáticos através da literatura estrangeira a respeito, especialmente de língua francesa e inglesa. Em seguida, a difusão da metodologia de análise de conteúdo e a ênfase dada à escola como aparelho ideológico permitiram o surgimento de trabalhos que, sem se limitar ao sexismo, incluíam a discriminação da mulher entre os temas a serem denunciados, na escola e nos livros escolares.

A medida em que a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) aumenta a distribuição gratuita, por parte do governo de dezenas de milhões de exemplares, cresce o número de profissionais e estudiosos sobre a qualidade desse material didático.

A minha preocupação seria como foram passados os conteúdos relacionados à discriminação sexista nos livros didáticos adotados em Minas Gerais de 1990 a 1995 e como são passados os conteúdos relacionados à referida discriminação, ou seja, como os professores de hoje, ao manusearem o livro didático e transmití-los aos alunos passam a questão da conquista do (“voto feminino”), através da Constituição de 1934.

A presente análise arrolou livros que, de alguma forma, se referiram ao voto feminino, que foi institucionalizado em 1937.

Entre outras dificuldades encontradas durante a pesquisa destaco o pouco tempo disponível para um estudo mais aprofundado, pois trabalho em casa de manhã, a tarde na escola e a noite estudo na Universidade. Senti muitas vezes vontade de desistir. Outra dificuldade foi encontrar bibliografia nesta área, em se tratando de pesquisas sobre o livro didático e principalmente no que se refere a questão sexista dos mesmos.

Com esta pesquisa quero deixar minha pequena contribuição às professoras, que como eu, enfrentam uma sala de aula com um número muito grande de alunos, e não têm tempo para ler livros ou mesmo dinheiro para comprá-los.

Diante da grande “dependência do professor em relação ao livro didático”¹ e a pouca preocupação por parte dos universitários com a natureza de conhecimento veiculado nestes livros, me levaram a optar por este tema: “A abordagem do sufrágio feminino nos livros didáticos de História do 1º grau”.

Este trabalho está dividido em 3 partes:

- 1º - Histórico do livro didático no Brasil;
- 2º - Voto feminino, o 1º direito a cidadania feminina;
- 3º - A abordagem historiográfica, juntamente com os livros didáticos pesquisados;
- 4º Considerações Finais.

¹ DAVIS, Nicholas. As camadas Populares nos livros de História do Brasil (30) In: Cadernos História Uberlândia, nº 5(5): 27-40. Jan/Dez. 1994.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático no Brasil embora tenha alcançado sua maior utilização nas décadas de 70, 80 e 90 ele está presente de forma institucionalizada, desde o período do Estado Novo.

Num primeiro momento a decisão governamental de controlar e legislar o livro didático foi até bem recebida por parte de alguns setores da sociedade brasileira que buscava entre outras coisas melhorar a forma de “educar nossas crianças e jovens adolescentes”.

Em programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro - 1931/1956, Guy de Holanda (1957), defende a tese de que o “livro didático nacional é uma consequência direta da Revolução de 1930, pois com a queda da nossa moeda conjugada com o encarecimento do livro estrangeiro provocada pela crise econômica mundial, permitiu ao compêndio brasileiro antes mais caro do que o francês competir comercialmente com este².”

Em 1937 ocorreram as primeiras iniciativas no sentido de assegurar a divulgação e distribuição de obras de interesse educacional e cultural, criando o INL (Instituto Nacional do livro) órgão subordinado ao MEC (Ministério de Educação e Cultura). Este órgão estruturou-se em vários órgãos operacionais menores, entre os quais a coordenação caberia: “planejar as atividades relacionais com o livro didático e distribuição do livro didático”³.

No ano de 1938 o governo entra como proposta de regulamentação com o decreto 1.006 que define o que deve ser entendido como livro didático: Artigo 2º § 1º - Compêndios são livros que exponham total ou

² Holanda, 1957:105.

³ Freitag, 1985a :134.

parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º Livros de leitura de classe são livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livros de classe, ou manual; o livro didático no Brasil estava sendo resolvido, no entanto até a sua operacionalização surgiram problemas como: segundo a lei 1.006 era liberado a importação e a produção de livros didáticos, entretanto essa liberdade na regulamentação não ocorreu. Neste mesmo decreto, Artigo 3º reza o seguinte: “os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República”.⁴

Em 1937 no governo de Getúlio Vargas, através deste mesmo decreto, é criada uma Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que inicialmente contava com 7 membros, designados pela presidência da República, esses componentes da Comissão deveriam ter um bom preparo pedagógico, ter conhecimento de línguas, metodologia das ciências, etc.

No rol das competências desta Comissão estava incluído: “examinar e proferir julgamentos dos livros didáticos que lhe fossem apresentados; estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; indicar livros de valor para serem traduzidos e editados por poderes públicos e ainda sugerir abertura de concursos para produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país.

Esta Comissão na verdade nada mais era do que uma das muitas formas de controle político ideológico que propriamente uma função di-

⁴ Oliveira, João Batista Araujo, (org.) . A política do livro de didático - S.P. Siemms; Campinas - Editora da Universidade de Campinas, 1984.

dática.

O período do Estado Novo é rico em legislações e decretos dando ênfase a “consciência nacional”, a “construção da nacionalidade”, a afirmação do Estado Nacional. Portanto o livro didático neste momento passou a ter a função de transmissor do ideário estado-novista. O general Pedro Cavalcante no dia 12/04/1939 em seu pronunciamento no programa de rádio a Hora do Brasil deixa claro a decisão política de controle do livro didático quando se refere à “situação que o ensino chegou sob a influência de inovadores divorciados dos interesses espirituais da nacionalidade por devoção a exóticas concepções pedagógicas”. Conclui o discurso dizendo “dentro em breve nossas escolas ensinarão de acordo com as exigências da nossa unidade espiritual, visando os benefícios individuais e coletivos de uma instrução adaptada às realidades do País”.⁵

O aspecto mais interessante de todo o processo de implementação do livro didático ocorreu em 29/03/39 com o decreto lei nº 1.177 que aumentava para dezessete o número de membros da Comissão Nacional do livro didático e regulamenta sua organização nos menores detalhes. O controle que essa comissão tinha sobre a produção e circulação do livro didático estava na proporção direta do controle que o próprio ministro Capanema exercia sobre a comissão. O ministro exigia do CLDN em seu primeiro ano de funcionamento, um desempenho de excepcional intensidade. No entanto isto não se concretizou pois no ano de 1939 nem mesmo a Comissão havia sido instalada.

Com o final da gestão de Gustavo Capanema, surgem vozes críticas, questionando a legitimidade dessa comissão. Outro problema verifi-

⁵ Arquivo Gustavo Capanema, Gml, 12/04/1939 CPDOC/FGV citado por João Batista Oliveira.

cado era o montante de livros que essa Comissão deveria analisar, “até 17 de julho de 1941 aguardavam exame para posterior avaliação 1986”.⁶ Percebendo-se que as atribuições exigidas da Comissão não teria êxito, opta-se por uma simplificação do funcionamento da Comissão, propõe-se:

- a) “contrato de serviço extra pela CNLD;
- b) reunião diária da Comissão até que se conclua a tarefa pendente;
- c) permissão para que o livro didático, autorizado sob a condição de nele serem feitas modificações e correções, possa circular sem novo exame da Comissão;
- d) extinção do recurso, para o Ministro, das decisões não unânimes da Comissão”.⁷

A exigência do governo de que os livros teriam que ser analisados pela comissão determinada pelo mesmo, e a impossibilidade dos livros serem em tempo hábil verificadas pela CNLD, fez com que em 1941 o presidente da Associação Profissional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, senhor Themistocles Marcondes Ferreira, em documento, ao Ministro da Educação, expor as dificuldades dos editores frente ao decreto lei nº 1.006.

A pretensão do governo de controlar o livro didático não se tornou possível no ano de 1942, 1943 e até em 1945 fim da gestão de Capanema pois a tão esperada análise ainda não tinha obtido os resultados esperados anunciados desde 1938. A partir de, 1945 diante do processo de redemocratização da sociedade brasileira ,os livros didáticos já não são mais tão controlados, pelo menos com relação ao governo, há um “relaxamento da guarda”.

No período de 50 até 80 os parlamentares não dão grande importância a questão do livro didático. Muitas críticas foram feitas a esses li-

⁶ Oliveira, João Batista, Idem p.4. .

⁷ Franco, M.L.B., 1980:28.

vros, no entanto, as mesmas, estavam relacionadas com o preço, distribuição e qualidade. Embora sendo um problema sério a questão dos livros didáticos, os setores políticos deixam transparecer uma falta de interesses para o problema em si. Isto é demonstrado, quando falta por parte dos deputados uma discussão continuada e a ausência de pronunciamento sobre esses materiais didáticos. Como exemplo dessa falta de compromisso dos parlamentares nos anos 50, o deputado alagoano Aurélio Viana fala do preço que custa à população tais livros, e pede que os mesmos acompanhem a reforma de ensino que só mudaria de 4 em 4 anos, que provoca debates na câmara: “o problema a ser resolvido do livro didático, mormente do primário e do secundário, é o de sua feitura pelos próprios órgãos técnicos do Poder político”⁸. Os argumentos sobre o tema continuam, agora fazendo críticas ao centralismo político que prejudicou tanto alunos, professores e empresas.

Na década de 70, no regime militar são assinados acordos entre MEC/USAID (Brasil/EUA) e dentro deste criou-se a COLTED (Comissão do Livro Técnico do Livro Didático). Críticos brasileiros denunciavam que estava havendo não só um controle ideológico por parte dos Americanos como também um controle de mercado. Romanelli denuncia: “Ao MEC e ao SNEC caberiam apenas responsabilidades de execução, mas aos órgãos técnicos da USAID todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de editores não brasileiros, vale dizer, americanos”⁹. A COLTED foi extinta em 1971, quando criou o PLID (Programa do Livro Didático), decreto 68.728 de 08/06/71.

⁸ Diário do Congresso Nacional, 22/09/56, p.8.557- citado por João Batista Oliveira.

⁹ ROAMNELLI, Otaiza de Oliveira. História de Educação do Brasil (1978) Petrópolis: Vozes, 1980.

Em 1968 foi criada a FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar) que depois sofreu modificações por decreto presidencial e assumiu o Programa do Livro Didático que até esse momento estava a cargo do Instituto Nacional do Livro (INL), então subordinado ao MEC.

Deste momento a FENAME passou a ter as seguintes funções:

- 1) “definir as diretrizes para a produção de material escolar e didático e assegurar sua distribuição em todo território nacional;
- 2) formular programa editorial;
- 3) executar os programas do livro didático e
- 4) cooperar com instituições educacionais, científicas e culturais, públicas e privadas, na execução de objetivos comuns”.¹⁰

No ano de 1983 é instituída pela lei 7.091 a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante, com o objetivo de apoiar a Secretária de Ensino de 1º e 2º graus, para facilitar o processo didático pedagógico.

A política centralizadora e assistencialista do governo recebeu críticas por parte de setores da sociedade, que, foram apresentadas ao próprio presidente da FAE, nas reuniões do Comitê de Consultores para a Área Didático-Pedagógica que foi criada em 1984. Embora esses Comitê tivesse recebido funções importantes como:

- “I. orientar a presidência da FAE sobre a política do livro didático e os planos da Instituição;
- II. apreciar o plano anual e o relatório de atividades da FAE;
- III. subsidiar a formulação das políticas e diretrizes para a área didático pedagógica;
- IV. propor a realização de estudos e pesquisas na área do livro didático e material instrucional, bem como avaliar a qualidade das propostas apresentadas para financiamento pela FAE, e os seus resultados (...);

¹⁰ MEC/FENAME. Programa Nacional do livro didático. Brasília, 1976, gestão do ministro. Ney Braga, citado por Bárbara Freitag.

V. propor medidas que contribuam para o aprimoramento da qualidade dos livros didáticos e materiais escolares, etc”.¹¹

No entanto, nunca tiveram nas decisões, a atuação do comitê que se restringiu a algumas sugestões, discutidas ainda com o 1º diretor da FAE. Somente em 19/08/85 é que algumas sugestões foram incorporadas à FAE, quando o país passava pela euforia da Nova República. Depois desativou-se o Comitê pelo novo presidente da FAE.

A partir de 1985 o livro didático passa a ser escolhido pelo próprio professor que o utilizará dentro da sala de aula, no entanto esta escolha, ainda não é a ideal.

Na década de noventa a distribuição dos livros didáticos pela FAE atingiu cerca de 67 milhões de livros, antes estes livros eram doados somente para alunos de 1ª e 4ª série, mas em 1992 passou a atender alunos de 5ª e 8ª série, embora priorizando apenas as áreas de Português, pois até então somente esses livros chegavam para o ensino fundamental (1ª a 8ª) de Português.

Para o ano de 1996 “a meta do governo é distribuir a nível de 5ª a 8ª série um número de livros que atingiria 10 milhões de estudantes”¹², sendo que mais uma área foi priorizada com a distribuição que é a de matemática.

Outra alteração importante que virá neste ano trata-se da eliminação da discriminações sexista e racista, tão presentes nos livros didáticos. Segundo o presidente Fernando Henrique Cardoso: “A FAE que é a fundação de Assistência ao Estudante, fez um catálogo dos livros com um critério rigoroso. O catálogo para 1995, para este ano tinha 900 títulos de livros. O do ano que vem terá 626. Foram eliminados aqueles livros que

¹¹ cf. carta ofício 662 de 09/11/84 dirigida aos membros do Comitê, citado por Bárbara Freitag

¹² Folha de S. Paulo 5/5/95.

não traziam todo o currículo necessário, os que ensinavam o que deveria ser ensinado, como por exemplo, discriminação e racismo. Enfim saíram do catálogo do ministério da Educação os livros que não atendiam a uma boa qualidade do ensino. É nesse catálogo que os professores vão escolher os livros que irão utilizar no ano que vem”¹³.

¹³ Folha de São Paulo 19/07/95, p.10, /c.

CAPÍTULO II

VOTO FEMININO: O PRIMEIRO DIREITO A CIDADANIA

A partir de meados do século XIX até 1920 inúmeros europeus, americanos dentre eles o Brasil, viram conceber, gestar e frutificar um movimento em prol dos direitos à cidadania feminina.

Cidadania define “a pertença de um Estado. Ela dá ao indivíduo um status jurídico, ao qual se ligam direitos e deveres particulares. Esse status depende das leis próprias de cada Estado, e pode-se afirmar que há tantos tipos de cidadãos quantos tipos de Estado. O problema da cidadania, porém, não é, apenas problema jurídico ou constitucional; se provoca debates apaixonados, é porque coloca a questão do modo de inserção do indivíduo em sua comunidade, assim como a de sua relação com o poder político. Se considerarmos as discussões atuais sobre esse problema, veremos que estão sempre presentes duas concepções, cada qual veiculando determinada representação do cidadão. A primeira opõe a sociedade ao Estado, insiste na liberdade dos indivíduos ou das comunidades, em oposição ao Estado, considerando como um poder externo à sociedade e que a ele se impõe. A segunda enfatiza a tradição, a identidade da nação. A cidadania, e sobretudo o acesso à cidadania, depende da adesão a uma certa maneira de viver, de pensar ou de crer”¹⁴. Sendo cidadania o direito a pertencer a um Estado, as mulheres até a metade do século XIX e em alguns países até 1962 e 1974 não participam do direito à cidadania.

Nos séculos XIX e XX as mulheres entraram de forma avassala

¹⁴ CANIVEZ, Patrice. Educar o Cidadão? Patrice; tradução Estela dos Santos Abreu, Cláudio Santoro. Campinas, S.P. Papirus, 1991 6.

dora no mercado de trabalho, e conseqüentemente, uma série de reivindicações pertinentes à condição feminina como creches, salários iguais aos dos homens pelo mesmo trabalho, direito à cidadania.

Em todas essas lutas, a que mais aglutinou as mulheres do mundo todo, foi a luta pelo voto. Sem o direito ao voto, ficaria impossível chegar a uma cidadania plena.

As pioneiras na luta pelo voto foram as Americanas (1776). Na França o sufrágio feminino se deu durante a Revolução Francesa, quando derrubou-se o Estado Absolutista, e os homens tiveram seus direitos ampliados. Nesta brecha as mulheres ao mesmo tempo que participavam ativamente dos movimentos, reivindicavam para si os direitos civis e políticos. Embora as lutas por direitos iguais juntamente como o voto iniciou-se com a Revolução Francesa, o voto só foi conseguido no ano 1944.

Na Inglaterra Mary Wollstonecraft dizia que somente educação seria capaz de retirar a mulher do estado de subserviência e de letargia em que vivia. Na Inglaterra como em outros países muitos homens entraram junto com a mulher nesta luta pelo direito ao voto como o caso de Stuart Mill, que afirmava: “Estou convencido que as relações sociais entre dois sexos, que subordina um sexo a outro em nome da lei, são más em si mesmas e constituem um dos principais obstáculos que se opuseram ao progresso da humanidade, estou convencido de que devem ser substituídos por uma igualdade perfeita”¹⁵. Outras mulheres lutaram juntamente com entidades feministas pelo direito a cidadania plena. No ano de 1918 o Parlamento Britânico votou a lei que estendia o sufrágio à mulher.

¹⁵ RODRIGUES, Jane de Fátima. O voto da Mulher: uma luta pela cidadania. In: Correio Triângulo, 05/09/1994.

Em alguns países a luta pelo sufrágio feminino foi conseguido no começo do século.

Outros países com Argentina, Japão, Uruguai, Paraguai, Jordânia este direito foi adquirido no século XX, no caso do Paraguai e Jordânia, o direito ao voto foi obtido nas décadas de 60 e 70.

No Brasil o direito ao voto só foi outorgado em 1934, no governo de Getúlio Vargas.

Explicar o fenômeno da evolução dos direitos da mulher no Brasil, da mesma forma como é explicado na Europa, será incidir num grave erro e esquecer entre outras coisas, a grande diferença de estágio cultural existente entre o Brasil e o países europeus.

Como afirma Jane “Grande parte das leis brasileiras são transplantadas das legislações européias ou americanas. Historicamente isto se dá pelo fato da condição colonial do Brasil. Essa dependência cultural, econômica e política influencia também nos direitos constitucionais relativos ao direito do voto pelas mulheres. Há uma grande defasagem existente entre o fenômeno jurídico e o social. De um lado observa-se a existência de normas que atribuem direitos antes da conscientização social dos mesmos, por outro, existe na sociedade um sentimento de injustiça, que não consegue organizar-se e modificar normas jurídicas discriminadoras, da qual a mulher tem sido vítima, e aliada muitas vezes.”¹⁶

A obtenção do voto pelas mulheres após a I Guerra em vários países europeus serviu para ajudar as brasileiras para obtenção de seu direito, pois depois que os europeias conseguiram este direito, ajudar as feministas brasileiras, passou a ser elegante. Esse direito no entanto, parecia que não traria o fim da opressão tanto para mulheres quanto para “minorias”

¹⁶ CORREIO do triângulo, Rodrigues, Fátima Jane de, 25/09/1994.

oprimidas.

No Brasil as mulheres profissionais constituíram boa parte da liderança para o movimento sufragista do século XX, que atingiria em 1932 sua meta estabelecida. Professoras primárias e outras mulheres da classe média também entraram para as fileiras. Homens da classe média também ajudaram-nas, principalmente funcionários públicos.

Muitas das participantes do movimento eram graduadas em direito. A lei serviu como caminho, tradicional para o sucesso político e aceitação na elite.

Bertha Lutz, bióloga e advogada de São Paulo primeira mulher a alcançar uma posição de destaque no Museu Nacional do Rio de Janeiro a serviço governamental, foi uma das líderes sufragistas, juntamente com Maria José de Castro Rabelo que concorrendo ao concurso por um cargo no Ministério do Exterior obteve o primeiro lugar. Myrthes Campos foi a primeira advogada admitida nos tribunais brasileiros, e fazia pressão junto a imprensa através da associação dos advogados brasileiros, para as mulheres obterem o direito do voto.

O movimento sufragista cujo clímax foi atingido em 1932 com a concessão do voto às mulheres, não se ocupava apenas com o problema do voto como também:

- a) “a interdição à menores de 18 anos, o trabalho em indústrias nocivas a saúde;
- b) a criação de um corpo de inspetoras, com um regulamento amplo, a fim de fiscalizar a indústria domiciliar;
- c) a instalação de refeitórios e bebedouros higiênicos em todos estabelecimentos industriais;

d) a instalação de creches e escolas para os filhos dos operários, prevendo também tempo necessário ao aleitamento.”¹⁷

O direito do voto só se tornou realidade para as mulheres, no governo de Getúlio Vargas, que diante as pressões tanto por parte das mulheres como políticos, trabalhadores, teve que reconhecer a necessidade do espaço pleiteado por esses setores da população. Neste caso as mulheres. O voto feminino foi incorporado à Constituição de 1934, com a ajuda de Carlota Pereira Queirós, a primeira mulher brasileira a ser eleita como deputada. No que diz respeito ao voto feminino, foi feita campanha pela imprensa e buscou-se o apoio de políticos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o presidente da Província (cargo equivalente ao de governador do Estado), Juvenal Lamartine, fez passar uma lei que permitia o direito do voto às mulheres. Em 1927 registraram-se as primeiras eleitoras lá, em abril de 1928. Quinze mulheres votaram no Rio Grande do Norte, mas os votos não foram reconhecidos.

Ao contrário das “senhoras literatas” amparadas economicamente pelos seus esposos ou viúvas de políticos, as mulheres como Francisca Diniz e suas filhas “tiveram de suplementar o magistério e a publicação do jornal com proventos que iam desde lições de piano até traduções”.¹⁸ Tanto as mulheres da “elite” brasileira, como as trabalhadoras eram favoráveis ao sufrágio feminino. Mas de formas bem diferenciadas. Julia Lopes Almeida famosa romancista e Cassilda Martins viúva do diplomata Enéas Martins, editoras de um jornal da época, que tinha o nome de Nosso Jornal, diziam: “Embora o Nosso Jornal louvasse muitas oportunidades abertas as brasileiras e fosse favorável ao sufrágio feminino, procurava a harmonia entre o novo e o velho. Nosso Jornal opunha-se ao “feminino

¹⁷ HAHNER, June e A mulher no Brasil, trad. Editora Civilização Brasileira S.A. 1979.

¹⁸ JORNAL O Sexo Feminino, 4 de outubro de 1873. p. 3; 22 julho de 1875.

radical” encontrado em outros países, que iria subverter os moldes da existência da mulher”.¹⁹

Bertha Lutz dizia que as mulheres brasileiras “não deveriam viver parasitariamente do seu sexo”, mas ao contrário, “deve ser útil” e “tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela”. Lutz conclamava as mulheres a se educarem, pois os brasileiros ainda permaneciam “muito atrasados, comparados às raças que hoje dominam o mundo”.²⁰

Tanto mulheres profissionais da classe média alta quanto mulheres parentes de membros da elite política e social desempenhavam papéis de destaque no movimento pelos direitos da mulher. Bertha Lutz, a líder reconhecida da campanha sufragista, era um bióloga que mantinha um alto cargo no serviço governamental, sua luta era também por salários iguais por trabalhos iguais e oportunidades educacionais iguais. Mas, para realizar esses objetivos precisavam ter participação política direta e legítima. Ela como outras sufragistas viam o voto “como meio de ação”.

As mulheres conseguiram o direito ao sufrágio feminino em 1934, só que a grande maioria das mesmas foram excluídas por serem analfabetas. Em outro caso votavam, mas em candidatos escolhidos pelo marido. O lugar da mulher continuou por muito tempo sendo restrito à esfera do lar.

“Após quase dois séculos da luta pela cidadania plena da mulher, a política, entretanto, continua sendo um substantivo masculino. Mesmo em países de Primeiro Mundo”, a participação política da mulher se ressentia de uma atuação maior, embora nas eleições deste ano (1994) 25% das vagas do Parlamento Europeu foram ocupadas pelas mulheres”.²¹

¹⁹ NOSSO Jornal 15 Outubro de 1920, pág. 5.

²⁰ REVISTA da Semana. 28 de dezembro de 1918, pág. 3.

²¹ CORREIO do triângulo - O voto da mulher, Uma luta pela cidadania, Jane de Fátima Rodrigues-25/09/1994.

A política continua sendo um lugar reservado aos homens, embora as candidatas feministas não pretendam “usurpar” o lugar do homem, mas caminhar junto com o mesmo para construir juntos uma sociedade mais justa, isto ainda hoje 1996, está longe de se conseguir. Na Constituição brasileira Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, os termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;²² Homens e Mulheres são iguais, só que tratando-se da política, os iguais são diferentes.

²² BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CAPÍTULO III

LIVROS DIDÁTICOS: A DISCRIMINAÇÃO SEXISTA.

Os livros didáticos veiculam concepções de mundo que contribuem para a formação/educação de um(a) cidadão(a). Neste sentido, fizemos opção por analisar a questão da discriminação sexista, tentando pensar como o sufrágio feminino é abordado por diferentes autores nos livros didáticos.

Para tanto, questionamos a concepção iluminista de progresso e, portanto, de modernização que a sociedade ocidental branca, machista e racional pensou para si mesma e que exclui historicamente, as práticas e conhecimento dos considerados “marginais” como afirma Alain Touraine (...) uma forma particular de modernização que se caracteriza ao mesmo tempo por uma grande concentração de meio ao serviço da racionalização econômica e pela forte repressão exercida sobre as pertencas culturais e sociais tradicionais, sobre as necessidades pessoais de consumo e sobre todas as forças sociais operários e colonizadas, bem como mulheres e crianças que são identificadas pelos capitalistas como âmbito das necessidades imediatas da preguiça e da irracionalidade²³. Assim, ainda segundo Jane Flax “em uma sociedade”, que prioriza o processo de desenvolvimento modernizante, termina por articular elementos favoráveis e discriminando ou ignorando os que não lhes são favoráveis. Mesmo autores que têm uma formação calcada em Marx, “aplicam de forma a crítica os conceitos tentando abarcar um “todo”, ou mesmo ampliar o conceito de produção. Mesmo feministas socialistas, deveriam desalojá-lo, pois muitos conceitos como sexualidade não pode ser entendido como uma “troca” de energia com um “excedente”, fluindo de encontro a um “explorador”.²⁴

²³ TOURAINE, Alain, *Crítica de modernidade*, Petrópolis: Vozes, 1994.

²⁴ FLAX, Jane. *Pós Modernismo e as relações de Gênero na teoria feminista*, In: Pós-Modernismo e Política Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1991.

Os mesmos conceitos não explicam outras atividades de outros sujeitos sociais como as crianças que em sua formação não tem nada a ver com a produção, o mesmo ocorrendo com o papel exercido por mulheres na educação de seus filhos.

Cabe a nós historiadoras(es) buscar novas teorias que virão a ajudar a clarear a “História das Mulheres”, pois está claro que a historiografia centrada no sujeito universal masculino não dá conta de abarcar a complexidade da subjetividade feminina. Os teóricos pós-modernos sugerem que “não há apenas uma via de abordagem do problema ou mesmo um eixo central de questão mas, ao contrário uma expressiva heterogeneidade de colocações tensões e campos de interesses aí envolvidos. De forma geral, a nova sensibilidade pós-moderna dirige suas forças para a desconstrução sistemática dos mitos modernistas questionando não só o papel do iluminismo para a identidade cultural do Ocidente mas também o problema da totalidade e do totalitarismo na epistemologia e nas teorias políticas modernas. A agenda teórica pós-moderna abriga ainda um elenco de questões em torno dos efeitos gerados pela perda de credibilidade nas metanarrativas fundadoras do processo de erosão e desintegração de categorias até então inquestionadas, como as noções de identidade e autoria, ou mesmo das idéias de ruptura, novo ou vanguarda que se constituíram como critérios chave da estética moderna, privilegiando os caminhos críticos apontados pelo revalorização da história, no exame das ideologias que estruturam as formações discursivas e os processos de construção das subjetividades”²⁵.

Neste sentido, é que tentei fazer uma reflexão sobre a luta das mulheres por um direito negado até este período (1937), luta que iniciou

²⁵ HOLANDA, Buarque Heloisa de. Pós-Modernismo e Política da Teoria. In: Pós-Modernismo e Política. Rio de Janeiro, Rocco, 1991. p.8.

segundo documentos de 1888, quando através do jornal “A Família”, Josefina Alvares Azevedo defendia o direito do voto. Para ela o homem era um déspota, que tratava sempre de exercer domínios sobre os outros indivíduos²⁶. Sua principal mensagem política: importância do voto da mulher.

No entanto essa bandeira de luta por direitos ao sufrágio não deve ser encarada como uma guerra dos sexos, pois na medida em que o discurso feminista define sua problemática como sendo o “homem um déspota”, ela se “esquece de que nas relações sociais homens e mulheres são prisioneiros do gênero, embora de modos altamente diferenciados mas inter-relacionados. Sendo as “relações de gênero divisões e atribuições diferenciadas e (por enquanto) assimétricas de trações e capacidades humanas. Por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são criados: homem e mulher. Homem e mulher são apresentados como categorias excludentes. Só se pode pertencer a um gênero, nunca ao outro ou ambos. O conteúdo real de ser homem ou mulher e a rigidez das próprias categorias são altamente variáveis de acordo com épocas e culturas. Entretanto, as relações de gênero têm sido (mais) definidas e (precariamente) controladas por um de seus aspectos inter-relacionando o homem²⁷. O fato dos homens parecerem guardiões, ou pelo menos fatores dentro de uma totalidade social, não nos deve cegar em relação à extensão em que eles, “igualmente, são governados pelas regras do gênero”²⁸.

Além disto, o pensamento de “Foucault, e causou grande impacto, pois alterou profundamente a direção a ser tomada pela produção acadêmica”²⁹ que passou a detectar a “recuperar” a atuação dos silenciados da

²⁶ BREVE História do Feminino no Brasil Jornal Campanha da Princesa (MG) (p.36) citado por Maria Amélia de Almeida Teles, Ed. Brasiliense.

²⁷ FLAX, Jane Pós Modernismo e Político (p.228).

²⁸ FLAX, op. cit. Capítulo II. p. 11.

²⁹ RAGO, Margareth. A Categoria de gênero no Pós Modernismo (p.4) UNICAMP, mimeo.

História. A História Social muito contribuiu para o debate acadêmico que surgiu de um movimento cuja preocupação incide sobre as atividades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interior da História: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns. Pluralizam-se objetos de investigação histórica, e nesse bojo, as mulheres são alçadas a condições de objeto e sujeito de História.

Assim, diante da ampliação do leque temático, no âmbito das Ciências Humanas, foi possível fazer breve análise dos livros didáticos editados de 90 a 96 da questão de gênero priorizando o período de 30 a 37, quando as mulheres obtém o direito de voto.

No livro didático História - Os caminhos do Homem³⁰ embora os autores tendem a fazer uma nova abordagem historiográfica, trazendo documentos para serem analisados pelos professores, o período de 30 a 37 é abordado, sem fazer menção à Constituição de 1934 muito menos a luta travada pelas mulheres pelo sufrágio feminino para terem seus direitos de cidadãos respeitados.

Outro livro História e Vida,³¹ o autor como os anteriormente citados, tem uma formação acadêmica marxista e analisa a elaboração da Constituição de 1934, de forma genérica: “Na Constituinte que elaborou a Constituição da 1934 eram numerosos os representantes de classe média e dos trabalhadores brasileiros. Por isso mesmo fizeram uma Constituição mais voltada para os interesses do povo. Pela primeira vez colocou-se um capítulo sobre educação e a cultura, instituindo, entre outras coisas, o ensino primário (...) Era uma época de intensos debates, de muitas manifestações. Todos os militares, políticos, estudantes, trabalhadores - queriam

³⁰ CITAÇÃO Marques Adhemar Martins. Os Caminhos do Homem - Belo Horizonte - Ed. Lê. 1993 - Flávio Costa Berutti e Ricardo de Moura Faria.

³¹ PILETTI, Claudino. História e Vida - Editora Ética, 1994 S.P.

influir nos novos rumos que o Brasil haveria de seguir”. No entanto quando o mesmo refere-se a uma época de intensos debates, ele não deixa claro que debates eram travados pois sua fala é abrangente: “Todos”, queriam influir nos novos rumos que o Brasil “haveria de seguir”. Só que em seguida ele elenca as pessoas que lutavam por um “país preocupado com problemas sociais”: militares, políticos, estudantes, trabalhadores. Nestes debates em momento algum coloca-se a questão das mulheres, prevalecendo por parte do historiador citado e de muitos outros historiadores uma visão fragmentária do passado histórico, deixando de lado os excluídos, nesse caso as mulheres, que desde de 1888 lutavam não só por melhorias sociais como também por seu direito de voto. No entanto, a luta das mesmas, entram na análise desse autor num contexto mais amplo.

O referido livro que foi editado em 1994, revela-nos que embora a “inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também o alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas marcadamente masculinas”³², a inclusão de novos objetivos, no caso a mulher, não obteve seu espaço nos Livros Didáticos, mesmo que esta discussão tenha sido travada desde os anos 70. As pressões e demandas do movimento feminista foram deixadas de lado pelos autores dos livros didáticos, mesmo que venham sendo utilizados por professoras que são a maioria dos professores no Brasil. A “quebra do silêncio” por parte de historiadoras(es) não atingiu

³² RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira, UNICAMP, mimeo.

o mercado do livro didático que continua camuflando a “História das Mulheres”, pois não tratam as mulheres como categoria particular, embora relacionais.

No livro, História Memória Viva,³³ encontramos o texto sobre a Constituição de 1934... “Eleita a Assembléia Constituinte, os deputados iniciaram seus trabalhos em novembro de 1933, promulgando a Nova Constituição em Julho de 1934. Eram suas principais características:

- manutenção do regime federativo, presidencialista e dos três poderes do governo (Executivo, Legislativo e Judiciário);
- extinção do cargo de vice-presidente;
- voto secreto e eleição diretas para os poderes Executivos e Legislativo da União, estados e municípios;
- voto feminino(...)”

A questão do voto feminino, na Constituição de 1934, embora tenha sido colocada como lei a partir desta data, nos apresenta mais como um “presente” de Getúlio, e não enquanto o resultado de lutas anteriores.

O livro didático portanto não discute a trajetória de lutas das mulheres que até este momento não tinham conseguido seu direito ao voto.

O referido livro didático analisado embora tenha sido editado em 1994 e reeditado em 1995, período em que ocorre uma discussão mais profunda sobre a questão de gênero, avalia com otimismo que a sociedade está passando por “transformações”. Mas essas transformações ao que tudo indica, não chegaram até aos autores de livros didáticos, o que é

³³ VICENTINO Cláudio de. História Memória Viva. São Paulo. Scipione 1994.

lamentável, principalmente em se tratando de um material escolar que passou a ocupar um lugar de destaque por parte de professores(as) que utilizam esse material quase sempre como única fonte de informações e isto por várias razões.

Este autor no final do livro, deixa uma carta destinada ao colega professor, onde entre outros assuntos ele salienta... “Destacar a função transformadora do cidadão brasileiro não só consciente de suas obrigações, mas também de seus direitos e de seu poder de viabilizar grandes mudanças criticando velhos privilégios e preconceitos”. Apesar de entender que a sociedade está passando por “transformações... criticando privilégios e preconceitos”, a figura feminina neste livro didático só aparece na carta magna de nação de 1934 de forma simplificada: “voto feminino”.

Analisando o livro didático, História e Consciência do Brasil, coloca: “Constituição de 1934: No dia 16 de julho de 1934 terminou o trabalho de Assembléia e foi promulgada a nova Constituição do Brasil. Vejamos seres pontos principais:

Voto secreto: a eleição dos candidatos aos poderes Executivos e Legislativo passou a ser feita mediante o voto secreto dos eleitores. As mulheres adquiriram os direito de votar. Mas continuavam sem direito ao voto: analfabetos, mendigos, militares até o posto de sargento, pessoas declaradas sem direitos políticos. Foi criado uma Justiça Eleitoral para zelar pela eleição”³⁴. Quando nesta Constituição garante-se o voto feminino e acrescenta que os analfabetos não teriam o direito ao voto, e como sabemos que até 1930 ser alfabetizado era um privilégio dos ho-

³⁴ COTRIM, Gilberto. História e Consciência do Brasil, S.P., Ed. Saraiva, 1992.

mens, estava posto a exclusão das mulheres, pois até então, a mesma não precisava de estudar, tinha mesmo era que aprender “prezadas domésticas” para ser uma “boa esposa”. Portanto esse “direito” de votar, não representava um avanço para uma grande parte das mulheres, pois mesmo as que votavam seguiam o “cabeça” da família, ou seja: o homem.

Através do livro citado, o autor, Gilberto Cotrim, que na apresentação afirma que “Havia grande desencontro entre nossos alunos e a maioria dos antigos livros de História do Brasil... “ ... “eram fechados”... “Porque estamos do lado dos que lutam e trabalham honestamente, escrevemos uma história contra os explorados e corruptos...”, mesmo sendo marxista, termina por excluir as mulheres(vide Jane Flax), pois as mesmas só aparecem em seu texto sobre a Constituição, quando adquirem o direito de votar, se esquecendo das lutas por parte de muitas pessoas, tanto homens como mulheres, para que o direito ao voto feminino fosse institucionalizado.

Nesta perspectiva o livro didático passa uma visão parcial de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interior da História. Grupos sociais que foram silenciados, começam a partir dos anos 70 a desvendar histórias e mundos sociais particulares.

Cotrim se coloca contra os livros de História do Brasil “fechados”, e no entanto, a discussão feita pelo autor na introdução do mesmo não se concretiza no interior de seu livro, pois na página 107, na qual propôs analisar a Constituição de 1934, ele coloca os pontos que para ele são os mais relevantes, mas sem uma discussão prévia: “As mulheres adquirem o direito de votar”.

Outro livro que tem como título História do Brasil,³⁵ comenta o seguinte sobre a Constituição de 1934: “A Assembléia Constituinte, instalada em novembro de 1933, aprovou a nova Constituição estabelecida, entre outros, os seguintes pontos:

- forma de governo: presidencialista...
- instituição de voto feminino e do voto secreto obrigatório...”(p.112)

Como nos outros livros já analisados, a questão do voto feminino, continua sem maiores discussões colocando-se o mesmo como um fato que não merece ser ressaltado e nestes livros, a mulher embora tenha conseguido o “direito ao voto” é como se a mesma não existisse. A exclusão da mulher no período pesquisado, não é questionado por professores(as) que manuseiam os livros didáticos, pois não possuem reflexão teórica suficiente para refurtarem a visão machista e ideológica que os mesmos transmitem. Só recentemente os cursos de História têm propiciado tal reflexão.

O estudo das relações de gênero não se apresentam no interior de um sistema teórico definido, como um conceito acabado, pois como afirma Margareth, “a novidade maior que a discussão de gênero traz, refere-se justamente ao deslocamento que promove em relação a uma forma de pensar inscrita na lógica da identidade, com a qual estávamos habituados a trabalhar. Pois, uma das primeiras afirmações em relação à questão do gênero é a de se tratar de uma categoria relacional e não identitária”.³⁶

As mudanças que estão ocorrendo na sociedade não foram ainda

³⁵ RAGO, Margareth. A categoria do gênero no Pós-Estruturalismo. UNICAMP - mimeo.

³⁶ O. P. Cit

priorizadas por autores de livros didáticos, que tratam do período da História do Brasil, comumente conhecido como “Estado Novo” “período getulista” colocando alguns pontos da Constituição de 1934 sem uma abordagem histórica de período.

Analisando o livro História Integrada³⁷ no capítulo 18, o autor trata da Constituição de 1934 ao golpe de Estado de 1937, sem tratar da questão do voto feminino, apenas cita que a “Carta Magna de 1934 refletia os interesses, muitas vezes contraditórios, dos diversos grupos sociais representados na Assembléia Constituinte: oligarcas, tenentes, sindicalistas, profissionais liberais e funcionários públicos(p.97)

A questão da não abordagem de gênero nos livros didáticos, que analiso nesta pesquisa, não dão a devida importância a esta questão. Penso que isso só se tornará uma realidade à medida que historiadores tiverem uma liberdade conceitual diferente da postura tradicional, que cobrava absoluta coerência das “visões de mundo” e das formas interpretativas; como afirma Margareth Rago , autores como Foucault, Michelle Perrot, este primeiro, que ao focalizar nossos hábitos “olfativos para o campo da historiografia marxista desnaturalizando uma dimensão instintiva até então pouco discutida”. A segunda historiadora a trazer-nos sua contribuição neste sentido, Perrot herdeira dos Annales e filiando-se ao mesmo tempo a tradição marxista inspirou-se em Foucault para em suas pesquisas sobre as prisões e outras “instituições de seqüestro” na França, assim como para focalizar analiticamente as miúdas tecnologias de poder constituídas informalmente nas práticas dos diferentes agentes sociais (p.6)³⁸ .

³⁷ ARRUDA Jobson José, História Integrada, S.P. Editora Ática, 1995.

³⁸ RAGO, Margareth. A Categoria do Gênero no Pós-Estruturalismo. UNICAMP, mimeo.

No livro intitulado, História, Passado e Presente,³⁹ na página 94, as autoras tratam do tema da Constituição: “Embora tenha derrotado São Paulo, Vargas percebeu que para manter-se no poder precisava fazer concessões e, por isso decidiu convocar a Constituinte.

Em maio de 1933 realizaram-se as eleições e a Assembléia eleita elabora uma nova Constituição de 1934 garantia-se o direito de voto às mulheres e aos maiores de 18 anos excluindo-se os analfabetos... Nesta mesma página há uma nota sobre as mulheres: “Nas eleições para Constituinte, as mulheres, pela primeira vez no Brasil, tiveram direito ao voto e, em 1934, quando a Assembléia se reuniu para iniciar a redação da Nova Constituição havia entre os deputados uma única mulher, a primeira a ocupar um cargo político eletivo. Seu nome Carlota Pereira Queirós. A política ainda era considerada privilégio dos homens, mas essa situação começava a modificar.”⁴⁰

Dos livros analisados até o momento é o único que elabora uma análise mais profunda sobre a questão colocando uma pequena nota de rodapé comentando que até aquele momento “a política era um lugar privilegiado dos homens”⁴¹. Nenhum dos livros analisados fazem comentários a cerca da luta de várias categorias para que as mulheres tivessem seus direitos de voto legalizados.

~~No próximo capítulo tentarei apontar como foram árduas as lutas reivindicatórias a favor do voto feminino.~~

³⁹ CARMOS Silva Sônia Irene. História, Passado e Presente, S.P. Ed. USP. 1995.

⁴⁰ CARMOS Silva Sônia Irene. História, Passado e Presente, S.P. Ed. USP. 1995.

⁴¹ O. P. Cit.

Considerações Finais

O problemas relativos a questão sexista, observadas nos livros didáticos, não significam que não tem havido tentativas de renovações. Diante de múltiplas possibilidades teóricas-metodológicas caberia aos autores dos livros didáticos abrirem-se para o estudo de gênero, pois sabemos da inexistência de objetos históricos acabados, e neste campo há muitos objetos e categorias “gritando” para que não sejam esquecidos(as) dentro da História que é passada através dos Livros Didáticos.

Neste sentido, os autores de livros didáticos, ao partirem para este campo, contribuirão para que nossos alunos e professores que utilizam-se dos mesmos tenham uma maior abertura, uma postura mais libertadora e mais amadurecida, num momento de esgotamento dos modelos e sistemas explicativos consagrados. Quem sairá ganhando certamente serão os dois lados, tanto alunos quanto professores.

Cabe às Editoras, Secretarias Estaduais e Escolas Públicas e particulares, fazerem uma seleção mais crítica destes instrumentos de ensino. Buscar uma forma de análise que “desconstrua” o que está posto como “verdade histórica” nestas obras didáticas.

Em termos de superação dos problemas ligados aos livros didáticos, no que se refere a questão de gênero, como outros temas que perpassam ou não o currículo Escolar, podemos identificar ainda alguns caminhos tais como: a produção do conhecimento, a relação da Universidade com o Ensino Fundamental e a formação dos professores.

Com relação a produção do conhecimento, sabemos que os mesmos só tem sentido quando estão próximas aos alunos, de modo que a “matéria prima” com a qual o conhecimento será produzido deverá estar

próximo a ele e não distante. Faz-se necessário que os alunos questionem o conhecimento já produzido pelo livro didático, desmistificando o conhecimento do próprio livro pela avaliação de que o conhecimento, que o mesmo passa, é limitado.

Tanto alunos como professores necessitam utilizarem-se de outras fontes de pesquisas que complementem às do livro didático. Trabalhar com movimento e lutas sociais de mulheres, com depoimentos orais/escritos, fotografias, para que ocorra uma abertura para novos objetos.

Com relação a formação dos professores, devemos considerar que, enquanto mercadoria, o livro didático destina-se tanto a professores como a alunos. Sendo assim, o papel do professor na escolha dos livros, fazendo uma análise bem aprofundada será prioritária, para a melhoria da qualidade dos livros a serem adotados nas escolas. No entanto para que esta escolha seja bem feita será necessário que os mesmos tenham uma boa formação profissional.

Segundo BITENCOURT (..) "a má qualidade não é regra nos livros oferecidos pela FAE, mas freqüentemente naqueles que são selecionados, uma vez que "às vezes há títulos melhores que podem ser escolhidos, mas os professores não conhecem ou não podem avaliá-los, por falhas que muitos têm na formação"⁴² Geralmente esses livros chegam a escola, com um prazo de 2 dias, para que os professores escolham dentro de 50 livros, os que serão adotados, isto, faz com que a maioria, observe somente o índice, ou as gravuras, ou alguns textos. Não tem como fazer uma análise mais aprofundada acerca dos livros que serão

⁴² FOLHA de São Paulo. Secretaria irá indicar às escolas os livros "politicamente corretos". São Paulo, 21 de abril de 1994, p.//3c/

adotados.

Com relação a Universidade com o Ensino Fundamental, esta tem se caracterizado por uma hierarquia que separa o ensino de 3º grau com o 1º e 2º graus. Há, segundo as pesquisas “(...) uma defasagem entre produção acadêmica e a produção de livros didáticos voltados para as séries iniciais”.

Se faz necessário que a Universidade interfira efetivamente na produção do conhecimento através de discussões sobre os textos didáticos usados nas escolas, que isto não fique restrito as salas universitárias, mas que ocorra uma divulgação com os mais interessados, que são os professores de primeiro e segundo graus. E que essas experiências cheguem até as escolas, não só através de cursos de reciclagem, que são cursos rápidos, mas também, através dos professores de Prática de Ensino que juntamente com alunos estagiários preparassem textos alternativos para ajudar aos professores que atuam nas salas de aula, e que nem sempre têm condições de preparar novos materiais. Sei que pode parecer uma atitude “paternalista”, no entanto, ajudará bastante.

Espero que com esta análise a questão da abordagem de gênero nos livros didáticos, possa trazer minha contribuição para as professoras de “primeiro grau” e “segundo grau”. É um pequeno passo rumo a uma infinidade de pesquisas possíveis neste campo. Como enfatiza Foucault, “não existe objetos históricos acabados”, as pesquisas históricas estão abertas não só através dos Livros Didáticos, mas também em uma infinidade de objetos que esperam que os pesquisadores venham dar “vida” aos mesmos.

Bibliografia

- CANIVEZ, Patrice. Educar o cidadão? - tradução Estela dos Santos Abreu, Cláudio Santoro. Campinas, S. P.: Papyrus, 1991.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático. São Paulo, Cortez, 1984.
- FLAX, Jane. "Pós-Modernismo e as Relações de Gênero na Teoria Feminista". In: Pós-Modernismo e Política. Rio: Rocco, 1991, p.217.
- FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada Campinas, S.P.: Papyrus, 1993.
- FREITAG, Bárbara.(org) O livro didático em questão. São Paulo: Cortez: Autores Associados, Brasil, D.F., Reduc., 1987.
- HAHNER, e June. A mulher brasileira e suas lutas sociais. In: A mulher no Brasil. - Rio de Janeiro - Editora Civilização Brasileira S.A., 1979.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Pós - Modernismo e Políticas da Teoria. In: Pós - Modernismo e Política. Rio de Janeiro, Rocco, 1991. p.8
- MATELLUZ, Albano Celino, MONTEIRO Paub, DRUMOND Meire e outros. Lugar de Mulher. - Rio de Janeiro, Editora Grau, 1982.
- OLIVEIRA, João Batista Araujo (org) A política do Livro Didático - São Paulo: Seimms; Campinas: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1984.
- RAGO Margareth. A Categoria do Gênero no Pós-estruturalismo UNICAMP, mimeo, 1995.
- _____ "As Mulheres na historiografia Brasileira. In: Espaço Feminino, nº 01. UFU, Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a mulher - NEGUEM.
- ROSEMBERG, Fulvia Piza: Pompeu, Edith MONTENEGRO; Montenegro, Thereza. Mulher e educação formal no Brasil: Estado da Arte. Caderno de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 68. Fevereiro 1989.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: A Escrita da História: Novas Perspectivas. S. Paulo, Ed. UNESP, 1992.

TELES, Almeida Amélia Maria de. Breve História do Feminismo no Brasil. Ed. Brasiliense S.P. 1993.

Jornais e Boletins

Jornal Correio de Uberlândia - 1994.

Jornal em dia com a Mulher. Programa Mulher e Educação;
Boletim do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM);

Boletim do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP);

Revista

“O livro didático em discussão”. Revista do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História do Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, Janeiro de 1995, nº 2.

Livros Didáticos Pesquisados

ARRUDA, Jobson José. História Integrada. Editora Ática, 1995.(1º grau)

CARMO Silva Irene Sônia e; COUTO Bittencourt, Frossad Eliane, História Passado e Presente, Ed. Ática 1995.

COTRIM Gilberto. História e Consciência do Brasil. Editora Saraiva, 1992.(1º grau)

MARQUES, Adhemar, BERRUTTI Flávio; Faria Ricardo, Os Caminhos do Homem, Editora Lê-Belo Horizonte-1994. (1º grau)

PILETTI Claudino. História e Vida, Editora Ática 1994.(1º grau)

SOUZA Rodrigues Osvaldo de. História do Brasil, Ed. Ática, 1994.(1º grau)

VICENTINO Cláudio de. História Memória Viva, Editora Scipione, 2ª edição 1994.(1º grau)